



Lei de Inovação pode ser retirada de pauta

Secretário executivo do MCT revela que governo estuda aumento do valor unitário das bolsas do CNPq e afirma que juros altos inviabilizam investimentos em Ciência e Tecnologia

CLAYTON LEVY

clayton@reitoria.unicamp.br

De passagem por Campinas no último dia 17, quando acompanhou a visita do ministro Roberto Amaral ao Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), o novo secretário executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Wanderley de Souza, deixou pistas de que a política do atual governo para o setor será, no mínimo, muito distinta da adotada durante a era FHC. Ao mesmo tempo em que defende maior participação da iniciativa privada nos investimentos em C&T, Souza disse que a indústria brasileira não tem, por enquanto, condições de fazer inovação tecnológica em razão dos juros altos. A afirmação bate de frente com a política adotada pelo governo anterior que, entre outros mecanismos, criou os fundos setoriais justamente para atrair o setor empresari-



Wanderley de Souza: "Vamos financiar o registro de patentes"

Fotos: Antoninho Perri

al aos projetos de pesquisa e inovação tecnológica. Em entrevista ao *Jornal da Unicamp*, Souza também diz que o atual governo pedirá para retirar do Congresso o texto que cria a Lei de Inovação. O projeto, de autoria do governo FHC, cria estímulos para o investimento em P&D e flexibiliza a mobilidade de pesquisadores que desejam atuar na iniciativa privada sem deixar a universidade. Souza alega que o texto recebeu críticas e precisa ser reescrito. "Se ficar como está, não passa". Ao comentar a queda nos investimentos do CNPq no Estado de

São Paulo, o secretário culpou os próprios pesquisadores paulistas. "Os investimentos caíram porque faltou demanda". Em meio às declarações, Souza deu pelo menos uma boa notícia: o MCT estuda um aumento no valor unitário das bolsas concedidas pelo CNPq. Um grupo deverá se reunir em março para definir os números.

JU – O ministro Roberto Amaral falou em aumentar o valor unitário das bolsas concedidas pelo CNPq. Em que estágio estão estes estudos?

Souza – Criamos um grupo de trabalho que realizou estudos tanto para a questão do aumento do valor quanto para o aumento do número. O aumento do valor depende de uma ação mais coordenada com a Capes e com as fundações de amparo à pesquisa nos Estados. Porque na hora que aumentar o valor da bolsa do CNPq, tem de aumentar da Capes, Fapesp, Faperj etc. Essa parte ficou um pouco atrasada por conta destas articulações.

JU – Em quanto tempo o senhor acredita que o novo valor estará definido?

Souza – Nossa meta é que em março se reúnam MEC e MCT para verificar o índice e negociar a questão de orçamento.

JU – Houve nos últimos anos uma queda acentuada dos investimentos do CNPq no Estado de São Paulo. Como esse problema será tratado pelo MCT?

Souza – Isso é decorrente da queda nos investimentos como um todo. Só ficaram as bolsas. Como São Paulo detém o maior percentual das bolsas, qualquer diminuição que tenha no CNPq, São Paulo e Rio de Janeiro são os primeiros que sentem.

JU – Mas de 1995 a 2000 os investimentos caíram quase pela metade em São Paulo.

Souza – Mas aí deve ter sido por iniciativa do próprio Estado de São Paulo. O CNPq trabalha com pequenos editais. Como São Paulo tinha um bom atendimento na Fapesp, não precisava solicitar ao CNPq.

JU – O Senhor acha então que faltou demanda?

Souza – Faltou demanda de São Paulo com certeza. A Fapesp supriu isso.

JU – Mas no caso da Unicamp, por exemplo, a queda na concessão de bolsas pelo CNPq foi de 60%.

Souza – É preciso entender que a Capes teve uma política de abrir cursos de pós-graduação em vários lugares do País. E quando a Capes aprova um determinado curso, esse curso tem

de dar um pacote de bolsas Capes e o CNPq, idem. Quando você concede bolsas para cursos novos sem ter havido aumento do número de bolsas, alguém tem de sair perdendo. Saem perdendo as pós-graduações tradicionais. Na realidade, para criar coisas novas é preciso ampliar o número. Não é tirando de quem tem.

JU – Levando em consideração que as universidades públicas de São Paulo abrigam um número muito grande de estudantes de outros Estados, o que as torna formadoras de mão-de-obra para todo o Brasil, os efeitos dessa redução não acabam afetando também o resto do País?

Souza – Temos que rever isso gradualmente. É impossível fazer qualquer redistribuição de bolsas com o número delas estacionado. Pelo contrário, tende a agravar a situação dos centros mais desenvolvidos. No momento em que você cria uma pós-graduação nova e tem de dar bolsas sem que o número total aumente, essas bolsas têm de sair de algum lugar. E saem dos centros mais desenvolvidos como São Paulo e Rio de Janeiro. A política que nós queremos implementar é de ampliar o número de bolsas e com isso fazer uma política de reforçar instituições matrizes, que formam pesquisadores, e permitir a nucleação de grupos novos.

JU – O novo governo fala em aumentar os investimentos do país em C&T de 1% para 2% do PIB até o final do mandato. O senhor espera que a iniciativa privada participe com quanto desse total?

Souza – Nós queremos que a iniciativa privada aumente o seu percentual. Queremos que os Estados também aumentem. O único Estado que tem cumprido a constituição é São Paulo, colocando o seu percentual na Fapesp. O Rio de Janeiro vem logo a seguir com altos e baixos. Nós vamos fazer uma política com os governadores e com alguns municípios para participar do esforço de financiar também ciência e tecnologia.

JU – O governo federal irá incentivar isso de alguma maneira?

Souza – Vai. Estamos conver-

sando com os governadores. Tem fundação de amparo à pesquisa que já foi recriada, como no Maranhão por exemplo. É um trabalho de articulação que o ministério tem feito com os governadores.

JU – O governo federal pretende usar o seu poder de compra para incentivar o desenvolvimento em C&T?

Souza – Também, sobretudo em institutos de pesquisa. Instituições como o Instituto de Pesquisas Espaciais, por exemplo, devem privilegiar a indústria nacional.

JU – Há alguma área estratégica que deverá receber maior atenção do governo?

Souza – Ainda estamos definindo. Mas certamente áreas como nanotecnologia e biotecnologia são áreas já previamente definidas como estratégicas porque são estratégicas no mundo inteiro.

JU – Isso implica na criação de novos centros de pesquisa?

Souza – Não sei se na criação de algum centro ou no fortalecimento da rede existente. Temos de discutir isso. Há duas idéias correndo paralelamente. Uma, que defende uma rede nacional de nanotecnologia. E outra, que é a construção de um centro nacional. Eu particularmente privilegio as redes. Porque o centro significa investir em prédios novos e nesse momento acho mais interessante evitar dispêndios desse tipo. Já existem em nanotecnologia quatro ou cinco sub-redes que compõem uma rede maior. Temos recursos previstos para nanotecnologia em 2003, mas não tomamos ainda essa decisão.

JU – Quanto?

Souza – A princípio estão previstos R\$ 6 milhões.

JU – Quanto foi investido no ano passado?

Souza – R\$ 1,2 milhão.

JU – Haverá alguma ação específica para fomentar a inovação tecnológica?

Souza – Queremos estimular a questão das patentes. Vamos criar um mecanismo de financiar o registro de patentes. Esse é um problema que tem ocorrido porque as pessoas às vezes não têm recursos para fazer o registro. Estimular a pesquisa tecnológica, estimular a pós-graduação em centros tecnológicos. Isso não significa que os centros têm de ter pós-graduação, mas é preciso que eles tenham uma cota de bolsas para receber alunos de pós-graduação.

JU – O senhor não acha que também se deve incentivar a inovação na outra ponta, ou seja, na indústria?

Souza – A indústria brasileira, na prática, não tem condições de fazer isso. Ela paga um juro muito elevado hoje. Só quando a taxa

de juros estiver muito baixa é que uma empresa terá motivação para captar recursos.

JU – Então, em sua opinião, a inovação dentro da indústria depende do comportamento da economia?

Souza – Depende do comportamento da economia, disponibilizar recursos a valores baixos. Mesmo com os juros da Finep, que são bem mais baixos que os do mercado, da ordem de 8%, todos os estudos feitos até agora apontam que as empresas não se sentem motivadas a tomar empréstimos.

JU – Em relação à Lei de Inovação, que está no Congresso desde o final do ano passado, o atual governo pretende rever o texto?

Souza – Nós vamos pedir a retirada da lei para discuti-la. Há críticas muito sérias por parte das universidades.

JU – Que aspectos da lei receberam críticas?

Souza – Critica-se, por exemplo, que a lei permite aos professores sair da universidade para constituir empresas sem que isso seja devidamente analisado pelos conselhos das universidades e sem que esteja implícita a reposição do professor. A idéia é que isso seja retirado para voltar depois de uma discussão mais ampla. Não podemos tocar para frente uma lei que encontra rejeição da universidade. Caso contrário, a lei não passa no Congresso.

JU – As propostas apresentadas pelo governo para reforma na previdência, que incluem a unificação do teto para o valor das aposentadorias, acabou gerando o medo de uma debandada nas universidades, já que muitos professores e pesquisadores em condições de se aposentar iriam preferir sair antes da aprovação da lei. O senhor compartilha dessa preocupação?

Souza – Como pesquisador acho que esse assunto precisa ser amplamente discutido. Precisamos mudar o sistema que está aí porque inviabiliza o País. Quanto a isso todos estão de acordo. Como mudar é uma questão de negociação. Nenhum projeto acabado do governo foi apresentado até agora. O que temos são só comentários nos jornais. É para isso que existem as negociações.

JU – Em sua opinião, qual seria a alternativa mais adequada?

Souza – Particularmente acho que não podemos perder essa enorme investimento que já foi feito na formação de pessoas, que estão numa faixa etária que já poderiam se aposentar. Seria um prejuízo tremendo para as universidades. Mas acho que isso é uma questão de conversar para chegar a uma solução intermediária.

houvesse uma significativa recuperação econômica.

“O problema dos juros altos e da instabilidade econômica afeta diretamente as decisões de inovação tecnológica”, afirma a pesquisadora. A recuperação da economia, segundo Sandra, depende basicamente de duas coisas: política econômica interna e situação internacional. “Os passos que o governo Lula está dando estão sendo muito ditados pela situação financeira internacional”, diz. “E se houver uma guerra, a situação piora”, completa.

A pesquisadora considera importante o governo ter como meta

Ministro quer empresas investindo mais em C&T



Roberto Amaral, ministro da Ciência e Tecnologia: “Vamos usar a concessão de bolsas para induzir o desenvolvimento”

Amaral – Se fosse hoje, viria muito pouco. Mas como temos três anos de trabalho, vamos trabalhar ideologicamente, culturalmente. Um dado objetivo é o parque brasileiro. Temos de um lado as multinacionais, que por tradição não investem localmente em C&T, e de outro, o parque nacional que foi depredado pela política de juros altos e se limita a importar know-how. Temos de fazer ver a esse empresário que ele não sobreviverá à concorrência externa nem à interna se não investir em C&T.

JU – Mas a sua expectativa é que a iniciativa privada participe com quanto dos 2% do PIB que o governo espera investir em C&T?

Amaral – O ideal é que essa participação fosse de 50%. Nos Estados Unidos essa participação é de 80%. Se nós nos aproximarmos dos 50%, pode ser que a gente vá até além dos 2% do PIB. Hoje a participação da iniciativa privada é em torno de 20%.

JU – Quais os esforços que o MCT pretende fazer para que a iniciativa privada eleve sua participação nos investimentos em C&T?

Amaral – Nós compreendemos a dificuldade do empresário brasileiro, que deriva do modelo de importação do nosso parque industrial. Nos últimos anos, nos optamos por um desenvolvimento dependente de recursos externos, do mercado externo e da tecnologia externa. No governo passado foram criados 14 fundos setoriais que tratam de infra-estrutura. Nós vamos usar estes fundos para estimular. Uma das idéias que vamos discutir como o BNDES é a abertura de fundos específicos para estimular o investimento privado em C&T. Nós precisamos fortalecer o parque industrial brasileiro para que ele tenha autonomia.

JU – Mas isso depende da política econômica.

Amaral – Depende da política econômica. Temos de retomar o crescimento. Cadê o mercado? O mercado precisa responder ao desafio de construir o país. Esse desafio não é só do poder público. É do mercado também.

JU – Mas o mercado não estaria esperando que a economia melhore?

Amaral – Eles têm de ver que ou nós todos nos juntamos ou então não vamos sair do lugar. Setenta por cento dos doutores formados nos Estados Unidos trabalham na iniciativa privada. No Brasil, 80% dos doutores trabalham no Estado. O estudante brasileiro entra na graduação já pensando em ficar na universidade. Mas a universidade tem limites de absorção. O ideal é que a

universidade forme o técnico para ele trabalhar na empresa privada.

JU – Mas a iniciativa privada só investe em pesquisa quando ela vê possibilidade de lucro.

Amaral – Só tem lucro quem investir em tecnologia. O mundo mudou. Aquele divisão do Adam Smith, dos fatores da produção, terra, trabalho, capital, isso desapareceu. O fator de produção hoje se chama conhecimento. E conhecimento não cai do céu. Quem estiver atrelado à exportação de commodities vai ver a banda passar. Há 20 anos, todos os nossos índices eram superiores ao da Coreia. Hoje todos os índices da Coreia são extraordinariamente superiores aos nossos. Enquanto, por exemplo, nós temos 272 internacionais, a Coreia registra por ano nos Estados Unidos mais de duas mil. A Coreia tem marcas. O Brasil não tem uma marca nacional.

JU – Como chegar a esse estágio?

Amaral – Chegar para o empresário e dizer que um determinado produto que ele importa, um gravador, por exemplo, pode ser produzido no Brasil. A universidade tal tem conhecimento para produzir um projeto que custará tanto. O Estado entra com tanto e você com outro tanto. Vamos fazer esta parceria?

JU – Isso não seria atribuir à universidade a missão de desenvolver inovação. Na atual conjuntura, essa missão não caberia à iniciativa privada?

Amaral – A universidade tem essa missão.

JU – Mas o senhor não disse que cabe à indústria fazer a inovação?

Amaral – E se ela (a indústria) não faz? O meu papel é pensar o País. O que estou dizendo é que não há nenhum exemplo no mundo de um país que tenha se desenvolvido sem um projeto de nação. Isso ocorreu nos Estados Unidos, na China e na Coreia mais recentemente. O Estado é indutor, mas tem um limite. Ele não pode assumir todas as funções.

JU – Quanto está previsto em investimentos para esse ano na área de C&T?

Amaral – No total temos uma disponibilidade em torno de R\$ 1,5 bilhão só para investimento no período de um ano.

JU – O MCT pretende induzir pesquisa em alguma área estratégica?

Amaral – Não propriamente induzir. Trabalhamos com a espontaneidade. Mas o Estado tem de ter áreas que ele irá priorizar.

JU – Quais são?

Amaral – A biodiversidade, a biogenética, toda a área de genoma, a área espacial. São áreas que têm efeito multiplicador. Para desenvolver um satélite você desenvolve todo o campo da ciência. E também multiplicador do ponto de vista industrial porque a base disso são pequenas e médias empresas com plataforma tecnológica.

JU – O ministério pretende mexer nos fundos setoriais?

Amaral – A idéia é agilizar a constituição dos comitês gestores. Nós vamos rever a regulamentação dos fundos e a constituição dos comitês com a finalidade de conferir mais transparência e agilidade. (C.L.)

A pesquisadora Sandra Brisolla, professora associada do Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Unicamp, classifica como “ambiciosa” a meta do ministro de Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, de elevar para 50% a participação da iniciativa privada nos investimentos nacionais em pesquisa e desenvolvimento. Ela observa que não há na América Latina histórico de que as empresas contribuíram com metade dos recursos destinados a P&D. “Se o Brasil conseguir, seria um marco invejável”. Segundo ela, porém, isso só seria possível se

“Meta é ambiciosa”, diz pesquisadora

o envolvimento maior da iniciativa privada nos investimentos em P&D, mas ressalta a necessidade de se criar condições concretas para que isso ocorra. “A Coreia fez isso em curto espaço de tempo, mas com uma situação econômica muito mais

favorável”, observa. Para ela, uma saída seria criar mais incentivos para que o empresário resolva arriscar mais nas tecnologias nacionais.

Entre as alternativas, ela diz que o governo poderia promover acordos com as empresas transnacionais instaladas no país, criando incentivos para que elas destinem ao Brasil parte de seus investimentos em P&D. “Isso poderia ser feito amarrando um pouco as condições de privilégio que elas desfrutam ao se instalar por aqui”, explica. Outra medida, segundo Sandra, seria exigir que as empresas privatizadas concentrassem localmente uma parcela de seus

investimentos em tecnologia, inclusive na absorção de mão de obra nacional. “A Telefônica, por exemplo, trouxe muita gente de fora”.

A pesquisadora também aponta como saída a promoção de um vínculo maior entre institutos de pesquisa, universidades e empresas privadas, através de incentivos que favoreçam todos os lados. Ela destaca, porém, que esse conjunto de medidas tem de ser adotado sem sacrificar o investimento em pesquisa básica. “Foi isso que criou a possibilidade de termos pessoal especializado nas várias áreas do conhecimento”. (C.L.)